




A Arte como linguagem de saúde mental nas Comunidades Escolares


Art as a language of mental health in school Art as a language of mental health in School

El Arte como lenguaje de salud mental en las Comunidades Escolares


Raquel Franco Ferronato¹


 <https://orcid.org/0000-0002-8960-4630>

Sandra Garcia Neves²

 <https://orcid.org/0000-0002-7725-0476>

Juliana Silva Rodrigues dos Santos³

 <https://orcid.org/0009-0000-7794-1325>

 <https://doi.org/10.33871/22386084.2025.15.10803>

Resumo: Este artigo trata do Projeto de Extensão “Cuidado!” vinculado ao Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras”. O objetivo é discutir a concepção do projeto e seu potencial para a promoção da saúde mental na comunidade escolar. Serão discutidos os fundamentos do referido projeto realizado no período de 2024 a 2025 por uma equipe executora interdisciplinar cujas ações em campo visaram oferecer o atendimento emergencial de apoio psicológico e pedagógico por meio de oficinas lúdicas com foco na promoção da saúde mental. A equipe executora avalia que as práticas de atendimento realizadas resultaram em ações efetivas de promoção da cidadania plena por meio do cuidado, da prevenção e atenção à saúde mental dos sujeitos da comunidade escolar.

Palavras-chave: Arte; Saúde Mental; Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares; Cidadania.

Abstract: This article examines the Extension Project “Care!”, linked to the “University Without Borders” Extension Program. The objective is to discuss the project’s design and its potential to promote mental health within the school community. The article presents the theoretical and methodological foundations of the project carried out between 2024 and 2025 by an interdisciplinary implementation team whose field actions aimed to provide emergency psychological and pedagogical support through playful workshops focused on mental health promotion. The implementing team assesses that the service practices already in progress are resulting in effective actions to promote full citizenship through care, prevention, and attention to the mental health of individuals within the school community.

Keywords: Art; Mental health; National Policy for Psychosocial Care in School Communities. Citizenship

¹ Doutorado em Educação. Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da UEL, Londrina, Paraná (PR), Brasil. E-mail: raquelff@uel.br.

² Doutorado em Educação. Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da UNESPAR - *Campus* Campo Mourão, Paraná (PR), Brasil. sandra.neves@unespar.edu.br.

³ Licenciatura em Pedagogia. Bolsista do Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte! - Projeto de Promoção à Saúde Mental nas Comunidades Escolares, vinculado ao Curso de Pedagogia da Unespar - *Campus* Campo Mourão, Paraná (PR), Brasil. E-mail: julianasrsantos1@gmail.com.



Resumen: Este artículo aborda el Proyecto de Extensión “¡Cuidado!”, vinculado al Programa de Extensión “Universidad Sin Fronteras”. El objetivo es discutir la concepción del proyecto y su potencial para la promoción de la salud mental en la comunidad escolar. Se analizarán los fundamentos del referido proyecto, desarrollado en el período de 2024 a 2025 por un equipo ejecutor interdisciplinario cuyas acciones en campo tuvieron como propósito ofrecer atención emergencial de apoyo psicológico y pedagógico por medio de talleres lúdicos centrados en la promoción de la salud mental. El equipo ejecutor evalúa que las prácticas de atención realizadas resultaron en acciones efectivas de promoción de la ciudadanía plena a través del cuidado, la prevención y la atención a la salud mental de los sujetos de la comunidad escolar.

Palabras clave: Arte; Salud mental; Política Nacional de Atención Psicosocial en las Comunidades Escolares; Ciudadanía.

1. Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) estabeleceu como fundamento de um Estado Democrático de Direito, a garantia dos direitos de bem-estar e desenvolvimento e os direitos fundamentais de igualdade e justiça. A Carta Magna assegura os direitos sociais fundamentais denominados como: a) direito à educação a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade e; b) direito à saúde. Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96) conceituou a educação como um processo formativo que se desenvolve na vida em família, na convivência humana, no trabalho e, igualmente, em instituições de ensino e pesquisa. De acordo com a LDBEN 9.394/96, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes por meio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Soma-se a esse arcabouço jurídico o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069/90, que previsional em seu artigo 17 o direito ao respeito que implica na inviolabilidade física, psíquica e moral.

A violência atinge crianças e adolescentes de variadas formas e intensidades. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentou um documento intitulado Raio-x das forças de segurança pública do Brasil (São Paulo, 2024) que apontou "os dados mais recentes oriundos da Prova Brasil, do MEC e do INEP, nos mostram que a percepção de violência por professores e diretores atingiu níveis alarmantes" gerando diversos desafios para o processo formativo e criando obstáculos para que a educação se realize e cumpra a sua função social de fazer com que o saber sistematizado seja criticamente apropriado pelos estudantes e promova a participação cidadã das crianças e jovens na vida social do país. Os dados apresentados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) indicam que a violência atravessa os componentes de classe social, étnicos e de sexo. Diante dessa trágica constatação, as políticas públicas buscam enfrentar os desafios em relação às situações de violência física e os altos percentuais de violência simbólica e psicológica.

Nesse âmbito, o Governo Federal instituiu, em janeiro de 2024, a Lei n.º 14.819, de 16 de janeiro de 2024 explicitando a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (PNAPCE). A PNAPCE (Brasil, 2024) propõe a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde para o desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial nas comunidades escolares. Dentre os objetivos

desta política é possível encontrar a promoção da saúde mental da comunidade escolar e a promoção de atendimento, ações e palestras direcionadas à eliminação e o combate às violências nas escolas.

Em decorrência dessa lei, foi proposto o Projeto de Extensão “Cuidado! Aqui fazemos Arte!” - Projeto de Promoção à Saúde Mental nas Comunidades Escolares” direcionado ao município de Corumbataí do Sul/Paraná com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O referido projeto vincula-se ao Edital n.º 1/2024/SETI/UEF e o Programa Universidade Sem Fronteiras (USF). Conta, portanto, com o financiamento do Programa Paraná Mais Ciência de pesquisa e extensão com foco na inovação e que visa incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

O Projeto “Cuidado!” foi conduzido por uma equipe interdisciplinar formada por duas coordenações gerais da área da Pedagogia e Psicologia, bem como profissionais com formação integral e em andamento das áreas da Pedagogia e Psicologia. Dada a sensibilidade das questões de saúde mental no contexto dos atendimentos emergenciais oferecidos pela equipe, o projeto de extensão foi igualmente submetido como projeto de pesquisa e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná. O público-alvo das ações foram as crianças e os adolescentes matriculados na rede pública municipal de ensino da cidade de Corumbataí do Sul/PR na faixa etária de 6 a 18 anos. O foco do projeto consistiu em atuações diretamente envolvidas no ambiente escolar partindo do pressuposto de que estes precisam ser saudáveis e protetores e com capacidade para propor experiências de cuidado, atenção, intervenção precoce e a garantia do bem-estar emocional e psicológico dos estudantes.

Por meio de uma pesquisa-ação (Thiollent, 2005), o objetivo do projeto de pesquisa vinculado ao projeto de extensão desenvolveu oficinas lúdico-pedagógicas, artísticas e psicológicas e o atendimento emergencial, coletivo e individual, que promovam a saúde mental de crianças e adolescentes no período de outubro de 2024 a outubro de 2025.

Nesse estudo, apresenta-se a discussão acerca da concepção/idealização do projeto destacando as suas potencialidades na promoção da saúde mental na comunidade escolar tendo como referencial a Teoria Histórico-Cultural (Vigotski, 2001) e o proposto PNAPCE (Brasil, 2024). Como resultados dessa discussão, a equipe executora avalia que, por meio do referencial teórico escolhido, tanto os atendimentos emergenciais quanto as oficinas promovidas no espaço escolar contribuirão para orientar as práticas interventivas com potencial para a promoção da cidadania plena e, consequentemente, com ações efetivas de cuidado, de prevenção e de atenção à saúde mental dos sujeitos da comunidade escolar.

2. A Extensão como Ponte para a Efetivação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares

O Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) por meio do Edital citado anteriormente, visava incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação por meio de parcerias entre instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e o Governo do Estado para viabilizar os programas e os projetos voltados para atividades em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, a saber: agricultura e agronegócio, biotecnologia e saúde, energias sustentáveis/renováveis (energias inteligentes), cidades inteligentes e sociedade, educação e economia. As condicionantes chaves que alicerçam essas áreas estratégicas são a transformação digital e o desenvolvimento sustentável.

Dentre as temáticas que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Programa USF elenca os indicadores (Educação, Saúde e Renda), com o objetivo de “fomentar a produção de análises e práticas que subsidiem a formulação de políticas públicas visando à melhoria da condição social que sejam adequadas às reais necessidades do sistema educacional no Paraná” (USF, 2024, p. 3). Desse modo, o Programa USF financiou 128 (cento e vinte e oito) projetos, desses, 106 (cento e seis) projetos foram desenvolvidos em municípios de menores IDHs e 84 (oitenta e quatro) foram desenvolvidos por instituições estaduais de ensino superior com valores de R\$ 148.256,00 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais).

O Projeto “Cuidado!” foi desenvolvido junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de CB/PR e foi submetido na área prioritária sociedade, educação e economia” que “está voltada para contribuições que objetivem a constituição da cidadania plena, que contempla a liberdade, a moradia, a saúde, a educação e o trabalho. A execução do mesmo se deu por meio de uma equipe interdisciplinar com profissionais do Direito, Pedagogia e Psicologia e teve a duração de um ano, entre outubro de 2024 e outubro de 2025.

A pesquisa pesquisa-ação em andamento ocorreu numa escola municipal atendendo, de modo coletivo e individual, os alunos na faixa etária de 6 a 18 anos selecionados conforme critérios de vulnerabilidade física e psicológica e a possibilidade de acolhimento nas oficinas lúdico-pedagógicas. As etapas da pesquisa-ação (Thiollent, 2005) incluíram o diagnóstico do contexto escolar; o planejamento das atividades lúdico-pedagógicas; a intervenção/avaliação contínua do processo e a análise qualitativa dos resultados finais.

O diagnóstico do contexto escolar visou, sequencialmente: a) a leitura/análise de documentos institucionais; b) os diálogos com a equipe gestora/professores; c) seleção e identificação das características dos sujeitos participantes; d) os registros no diário de campo; e) sessões lúdicas e; f) a elaboração do referencial teórico segundo os pressupostos da Teoria Histórico-cultural.

3. Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares

A PNAPCE (Brasil, 2024) “[...] constitui estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das escolas”. Os efeitos desta lei contemplam alunos, professores, profissionais que atuam na escola e pais e responsáveis pelos alunos matriculados na escola. Os objetivos gerais da PNAPCE (Brasil, 2024, s/p) são: a) promover a saúde mental da comunidade escolar; b) garantir aos integrantes da comunidade escolar o acesso à atenção psicossocial; c) promover a intersetorialidade entre os serviços educacionais, de saúde e de assistência social para a garantia da atenção psicossocial; d) informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de cuidados psicossociais na comunidade escolar; e) promover a formação continuada de gestores e de profissionais das áreas de educação, de saúde e de assistência social no tema da saúde mental; f) promover atendimento, ações e palestras direcionadas à eliminação da violência; e VII – divulgar informações cientificamente verificadas e esclarecer informações incorretas relativas à saúde mental.

Embora a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (PNAPCE) represente um avanço significativo no reconhecimento da saúde mental como eixo estruturante da vida escolar, sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais importantes. Finelli (2025) destaca que a PNAPCE surge como complemento necessário aos serviços de Psicologia e Serviço Social, mas a presença desses profissionais nas redes públicas ainda é marcada por descontinuidades, equipes reduzidas e sobrecarga de demandas. Finelli (2025) reconhece que a PNAPCE amplia a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, mas aponta que muitas redes de ensino ainda operam com equipes reduzidas, vínculos temporários e acúmulo de funções. Complementarmente, Castro e Lelis (2025) problematizam que, mesmo diante da política, o professor permanece como primeiro agente de observação do sofrimento estudantil, o que expõe esses profissionais ao desgaste emocional em um cenário no qual as condições de trabalho já são historicamente precarizadas. O professor é sujeito a uma elevada carga emocional e condições precárias de trabalho, o que pode ocasionar o seu adoecimento caso não existam mecanismos de prevenção no contexto institucional.

Além da limitação de recursos humanos, há fragilidades relacionadas à intersetorialidade, considerada pela PNAPCE como princípio basilar. Klabunde e Asinelli-Luz (2024) alertam que a articulação entre educação, saúde e assistência social, embora desejável, esbarra em burocracias municipais, diferenças de protocolos e ausência de formação integrada entre equipes. No âmbito escolar, Lima et al. (2024) argumentam que a efetividade de uma política de saúde mental depende da capacidade da escola de criar ambientes seguros, mas também da existência de redes territoriais de proteção — algo que não está igualmente garantido em regiões de baixo IDH. A desigualdade entre municípios, portanto, tende a produzir uma PNAPCE de múltiplas velocidades: mais efetiva em localidades com estrutura consolidada e frágil nas periferias.

Por fim, a efetividade da PNAPCE depende também da participação ativa das famílias e da sustentabilidade das ações de cuidado/acolhimento, dimensões que ainda aparecem de forma

incipiente especialmente em comunidades escolares vulneráveis. Mansur (2024) afirma que as políticas de saúde mental, mesmo quando bem desenhadas, têm poucos dados sobre impacto real e carecem de avaliações contínuas. Souza, Borges e Moreira (2024) mostram que ações como rodas de conversa têm alto potencial de transformação, mas exigem tempo, vínculo e continuidade — elementos difíceis de manter em redes escolares sobrecarregadas. Em síntese, embora a PNAPCE represente um marco para a promoção da saúde mental, sua efetividade ainda depende de investimentos estáveis, formação continuada, fortalecimento intersetorial e capacidade de produção de evidências que orientem ajustes futuros.

Nesse cenário de desafios, iniciativas locais tornam-se necessário para materializar os princípios da referida política no cotidiano escolar, especialmente em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, com base nessa política, foi apresentado o projeto de extensão denominado “Cuidado! Aqui fazemos Arte! - Projeto de Promoção à Saúde Mental nas Comunidades Escolares” aprovado junto ao Programa Universidade Sem Fronteiras (Edital n.º 1/2024/SETI/UEF) cujo objetivo geral foi o de desenvolver práticas lúdico-pedagógicas, artísticas e psicológicas junto às crianças e adolescentes de escolas públicas municipais dos municípios de baixo IDH do Estado do Paraná tendo como vetor de ação a promoção de experiências de acolhimento, pertencimento social, diálogo e promoção integrada de práticas educativas e democráticas que contribuem para o estabelecimento de um ambiente seguro e protetivo.

Para efetivação do referido projeto de extensão foram estabelecidas as metas para os anos de 2024 e 2025, assim indicadas: a) desenvolvimento de cursos de formação da equipe; b) realização de grupos de estudos interdisciplinares; c) desenvolvimento do projeto no município de CB/PP; d) produção de textos científicos sobre saúde mental e arte nas escolas e; e) a divulgação de conhecimento científico na área do projeto. A metodologia de execução compreende: a) o estabelecimento de vínculo com a equipe pedagógica da escola; b) análise das demandas de acolhimento de alunos em possíveis situações de vulnerabilidade em relação à violência; c) reuniões presenciais ou remotas com a equipe pedagógica da escola para identificação das demandas; d) discussão de ações de prevenção e enfrentamento de possíveis situações de violência; e) organização dos estudos interdisciplinares envolvendo as áreas da Pedagogia e da Psicologia junto a equipe de bolsistas; f) planejamento das atividades práticas lúdico-pedagógicas, artísticas e psicológicas; g) elaboração de materiais e/ou recursos didático-pedagógicos; h) visitas semanais à escola para realização das atividades; i) realização, junto às crianças e adolescentes, de atividades lúdico-pedagógicas relacionadas à Arte, Pedagogia, Psicologia e saúde mental; j) registro de informações diários de campo; k) registro em áudio e fotografias das atividades desenvolvidas com autorização dos envolvidos; l) realização de estudos em grupo para análise das atividades desenvolvidas e das demandas identificadas e; m) produção de documentos científicos com resultados parciais e finais do projeto.

Dentre os resultados esperados com o desenvolvimento do “Projeto Cuidado!” estão: a) a criação de espaços de reflexão para que os territórios e situações de violência sejam caracterizados

e localizados como possíveis vetores geradores do agravamento do quadro de violência que possam impactar na saúde mental dos estudantes; b) promoção do bem-estar emocional e psicológico dos alunos; c) intervenção precoce em situações de vulnerabilidade; d) criação de espaço acolhedor para diálogo e reflexão; e) formação continuada dos professores; f) contribuição para o fortalecimento do clima escolar mais respeitoso e protetor e; g) geração de conhecimento científico por meio de publicação dos resultados.

4. Estudos sobre a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares

Para fundamentar, a partir de estudos publicados na área, a discussão sobre a PNAPCE (Brasil, 2024), foi realizada uma busca no repositório digital do *Google Acadêmico* com o descritor “Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares” delimitado aos anos de 2024 e 2025. Resultaram dessa busca os trabalhos científicos de Castro e Lelis (2025), Diniz Neto (2024), Fagundes e Gurski (2024), Finelli (2025), Klabunde e Asinelli-Luz (2024), Lima *et al.* (2024), Lopes e Novais (2023), Mansur (2024), Placido (2024), Rocha e Finelli (2025), Souza *et al.* (2024a), Souza *et al.* (2024b), Souza, Borges e Moreira (2024), O'Reilly *et al.* (2018), Vigotski (2001) e Zavialoff (1998). Tendo como base esse quadro de bibliografia propositiva, encontram-se em andamento as análises textual, temática, interpretativa, problematização e a síntese final (Severino, 2013) para a produção de unidades de análise. A síntese apresentada a seguir representa aproximações iniciais.

Lopes e Novais (2023) destacam que a relação entre a educação e a saúde é fundamental para o desenvolvimento humano e social. Além disso, consideram que os professores assumem um papel central nesse processo, enfrentando diversas problemáticas reais que exigem deles o domínio de conhecimentos sociais, emocionais e pedagógicos. Para cumprir com responsabilidade social é essencial que esses profissionais estejam em boas condições físicas e, sobretudo, mentais, garantindo assim a eficácia de suas ações. Partindo desse cenário ideal, a pesquisa de Diniz Neto (2024), aponta que na realidade os professores sofrem os sinais de estresse no ambiente de trabalho indicando que há uma relação direta e significativa entre a carga horária e o aumento do nível de estresse percebido. Segundo este autor, isso evidencia a importância de promover mudanças que equilibrem uma rotina de trabalho saudável e financeiramente sustentável.

Lima *et al.* (2024, p. 195) ao tratarem das políticas públicas brasileiras de saúde mental no meio educacional, argumentam que as ações e decisões tomadas pelo poder público em âmbitos nacional, estadual ou municipal e objetivam “[...] assegurar determinados direitos previstos na Constituição Federal de cidadania para vários grupos da sociedade e promover qualidade de vida e bemestar da população”. Em suas considerações finais, Lima *et al.* (2024, p. 196) resumizam que:

[...] a saúde mental é a base da qualidade de vida de uma pessoa, impactando diretamente no seu raciocínio, emoções, comportamentos e na maneira como se relaciona com os demais, tendo isso em vista é necessário cuidar dos jovens e adolescentes dentro das escolas, pois é onde está sendo formados o futuro de cada um, e todo apoio emocional é essencial para essa formação.

Oliveira, Oliveira e Jacinto (2025) destacam a intersectorialidade da PNAPCE (Brasil, 2024) entre educação, saúde e assistência social. Finelli (2025) ao tratar da depressão infantil caracteriza essa política como “[...] complemento à prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica que funcionam como suporte aos docentes para acionar a rede de apoio ao atendimento de demandas escolares”. Dentre as contribuições da PNAPCE (Brasil, 2024), Finelli (2025, p. 16) cita que “[...] ao implementar os serviços de psicologia e de serviço social nas escolas oferece grande suporte aos docentes ao estender a rede de apoio a saúde coletiva para dentro das escolas”. Klabunde e Asinelli-Luz (2024) ao discutirem sobre equipes multiprofissionais na educação argumentam que entre os serviços de educação, psicologia e serviço social, a intersectorialidade e a multiprofissionalidade devem ser complementares e garantirem serviços integrados e contínuos nas escolas. Souza *et al.* (2024a) destacam a importância da garantia de atenção psicossocial às crianças e adolescentes em risco.

Finelli (2025, p. 18) destaca que se “[...] reconhece devido e efetivo amparo aos docentes para sustentar suas observações e assegurar o diagnóstico precoce da depressão infantil, entre outras diversas condições clínicas e/ou dificuldades de aprendizagem que possam se manifestar no ambiente escolar”. Ao docente cabe a observação de comportamentos atípicos, identificação de dificuldades nos relacionamentos familiares, rejeições, carências afetivas, superproteção, dificuldades socioeconômicas e fatores de ordem escolar, para a verificação de causalidades mediante a constatação de situações estressoras. Complementarmente, Mansur (2024), a partir da afirmação de que os profissionais que trabalham na área da educação são os mais vulneráveis ao sofrimento e adoecimento mental, cita que as políticas públicas de promoção à Saúde Mental ainda em fase de implementação, não possuem informações publicadas sobre seus impactos.

A promoção da saúde mental envolve qualquer iniciativa destinada a estabelecer condições de vida e ambientes que favoreçam o bem-estar psicológico, possibilitando que indivíduos, famílias, grupos ou comunidades adotem e mantenham hábitos saudáveis. Essas ações visam estimular o equilíbrio emocional e a integração social, contribuindo para um funcionamento mental ideal (O'Reilly *et al.*, 2018). Nos últimos vinte anos, os desafios relacionados à saúde mental de crianças e adolescentes têm crescido globalmente, tornando-se uma das principais causas de dificuldades de aprendizagem e de interação entre os pares. Segundo Erskine *et al.* (2015) as principais manifestações dos aspectos relacionados com a saúde mental na etapa escolar são os transtornos mentais, emocionais ou comportamentais. Nota-se que os problemas relativos à saúde mental costumam reverberar em resultados relativos à baixa frequência escolar, suspensão e evasão escolar precoce e dificuldades de aprendizagem temporárias e permanentes.

Nesse contexto, os professores são agentes fundamentais na prevenção, cuidado e acolhimento dos alunos vulneráveis e devem ter acesso à formação continuada para que possam dispor de informações para encaminhar as diferentes e complexas demandas. O professor que possui acesso à formação pode desenvolver a atitude sensível necessária à promoção da saúde mental e atuar na prevenção de transtornos, especialmente ao reconhecer indícios que indiquem a necessidade de mediação das redes sociais de apoio.

Castro e Lelis (2025) tratam da formação continuada de professores no âmbito da PNAPCE (Brasil, 2024) e argumentam que a formação docente “[...] se mostra ainda mais relevante quanto se percebe que os professores assumem um papel de responsáveis pelos alunos nas instituições de ensino, e que muitas vezes esse papel envolve um desgaste psicológico que precisa ser suprimido a fim de que a experiência de ensino-aprendizagem não seja afetada negativamente [...]”. Castro e Lelis (2025) destacam que as relações parentais não saudáveis afetam sobremaneira a incidência de transtornos emocionais, psicológicos e sociais, e por sua vez, impactam a saúde mental de todos os envolvidos nessas relações. Lima e Araújo (2024) ao argumentarem que a conscientização sobre saúde mental e relações parentais é fundamental para o desenvolvimento infantil. As práticas parentais equilibradas podem fortalecer a autoestima e a empatia das crianças, mas é essencial que os pais recebam suporte psicológico para desempenhar esse papel de forma responsável e compromissada. Nesse contexto, os profissionais de saúde e da educação têm um papel crucial, auxiliando no desenvolvimento de estratégias de intervenção e oferecendo apoio emocional e educacional para pais, familiares e responsáveis (Lima e Araújo, 2024).

Castro e Lelis (2025) evidenciam que tanto a formação quanto o apoio psicológico auxiliam os docentes na descoberta de novas e específicas formas de mediação do processo de ensino e aprendizagem. Rocha e Finelli (2025), ao tratarem da relação entre escola, família e a Psicologia na vida dos alunos, argumentam que a educação contribui para o desenvolvimento integral e saudável, promovendo bem-estar físico e psicológico, qualidade de vida e satisfação pessoal. Ela fortalece relações interpessoais saudáveis, previne violência e comportamentos de risco, combate a discriminação e fomenta cidadania ativa e inclusão social. Além disso, de acordo com o entendimento de Rocha e Finelli (2025), o apoio psicológico estimula o engajamento na aprendizagem e reduz problemas psicoeducativos, de desenvolvimento, comportamentais, socioemocionais e de agenciamento.

Todas essas contribuições são integradas a Psicologia da Educação e, quanto ao trabalho de psicólogos no contexto escolar, Rocha e Finelli (2025, p. 50), elucidam que o desenvolvimento de estudantes é atravessado por inúmeras demandas: a regulação emocional e estratégias de enfrentamento para criar um ambiente de aprendizagem favorável e minimizar os problemas de saúde mental entre alunos e professores. Como função psicológica superior, as emoções são compreendidas como processos dinâmicos, sistemas abertos que funcionam, segundo Zavialoff (1998, p.24), “[...] a serviço da transformação não apenas do mundo, mas também do próprio sujeito, por meio de estratégias cognitivas e emocionais específicas”.

No contexto da Psicologia Histórico-cultural, mesmo o aspecto biológico das emoções não é considerado como algo imutável, pois o sistema nervoso é visto como algo em constante formação e transformação. Vigotski (2001) enfatiza a complexa relação entre o cognitivo e o emocional, vinculando-a ao processo de aprendizagem, que está profundamente ligado às normas e valores culturais. Por essa razão, as ações voltadas para a saúde mental nas comunidades escolares podem ter impacto significativo, especialmente quando elaboram ações permanentes para a promoção da aprendizagem social e emocional, da resiliência, bem como a prevenção de dificuldades sociais, emocionais e comportamentais.

Diante de todas essas demandas, e de outras não citadas, o acompanhamento psicológico de estudantes e familiares é possível também por meio da escuta ativa e personalizada do processo de ensino e de aprendizagem. Fagundes e Gurski (2024, p. 350) tratam da dimensão sociopolítica do sofrimento escolar problematizam que “[...] as escolas brasileiras sempre estiveram reféns das desigualdades sociais e históricas, e nas últimas décadas vêm sofrendo uma série crise de legitimidade” e destacam “[...] a naturalização de práticas segregatórias e racistas que constituíram a sociedade brasileira ao longo dos séculos, produzindo diferenças abissais no que concerne ao acesso à formação educacional e aos bens culturais”. Além da escuta ativa, acrescenta-se a contribuição da arte enquanto linguagem. De acordo com Vigotski (2001, p.315):

A arte é o social em nós, e o seu efeito se processa em um indivíduo isolado, isto não significa, de maneira nenhuma, que suas raízes e essência sejam individuais. O social existe até onde há apenas um homem e as suas emoções. A refundição das emoções fora de nós realiza-se por força de um sentimento social que foi objetivado, levado para fora de nós, materializado e fixado nos objetos externos da arte, que se tornaram instrumento da sociedade.

Placido (2024, p. 5) caracteriza que a Psicologia Escolar objetiva “[...] atender às necessidades de aprendizagem e psicopedagógicas, colaborando com pais e educadores, além de cuidar da saúde mental, das relações no ambiente escolar e dos aspectos institucionais das escolas”. Ao discorrer sobre o percurso histórico do PNAPCE (Brasil, 2024), Placido (2024, p. 6) elucida que “[...] a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica foi resultado de décadas de intensas lutas e mobilizações das categorias profissionais de psicologia e serviço social, culminando na obrigatoriedade de tais serviços nas redes públicas de educação básica”. A sua institucionalização funda-se como marco de práticas promotoras de bem-estar e de Saúde Mental de estudantes mediante suporte psicológico e social nos ambientes escolares. Lima e Monteiro (2024) reconhece igualmente a importância do ambiente escolar para o desenvolvimento integral dos sujeitos, indicando que PNAPCE (Brasil, 2024) constitui num movimento significativo na promoção da saúde mental.

Souza, Borges e Moreira (2024, p. 16), a partir de seus estudos e pesquisa, concluíram que, ao proporem rodas de conversa entre estudantes e responsáveis, estas se caracterizam como “[...] espaço de fala e escuta das necessidades dos familiares em relação aos seus filhos, algo

fundamental quando se propõe a construção de ações articuladas e cooperadas para o melhor desenvolvimento das crianças”. Souza *et al.* (2024b) discutiu as ações da Terapia Ocupacional na promoção da saúde mental e destacaram que a PNAPCE (Brasil, 2024) evidencia a importância da participação ativa de estudantes como sujeitos do processo de construção da atenção psicossocial na dinâmica da comunidade escolar tendo em vista o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos no trabalho intersetorial em Saúde Mental.

As ações educativas devem ser integradas num contexto mais vasto de promoção da saúde envolvendo ativamente os alunos e as famílias que precisam ter, inclusive, acesso às informações que possibilitem a tomada de decisões a respeito da saúde mental, devendo por isso ser competentes para adotar estilos de vida saudáveis. As escolas podem tornar-se em um ambiente saudável, caso sejam capazes de privilegiar programas que proporcionem aos professores, pais, alunos e outros membros da comunidade um conjunto de princípios e ações que promovam a saúde. A participação dos professores na proposição e implementação de programas sistemáticos é considerada como elemento fundamental para gerar bons resultados a curto, médio e longo prazo que sejam personalizados frente às demandas da comunidade escolar.

5. Considerações finais

O conceito de saúde mental abarca estado de bem-estar que possibilita às pessoas lidar com desafios da vida e desenvolver habilidades pessoais que contribuam com a comunidade. Depreendemos desse conceito que, as universidades, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, possuem significativa contribuição ao promover o desenvolvimento profissional e humano. Projetos de extensão, assim como o “Projeto Cuidado!” efetiva esse tripé e possibilita que a comunidade escolar do ensino superior fomente o desenvolvimento humano da comunidade escolar da rede básica.

Avalia-se que o “Projeto Cuidado!” constitui um esforço robusto na busca de efetivação dos pressupostos da PNAPCE (Brasil, 2024) gerando resultados positivos voltados a fortalecer a cidadania plena dos estudantes da rede básica do município de CB/PP. Desse modo, tendo em vista as diversas situações que incidem no desenvolvimento de crianças e adolescentes, tais como a violência, o bullying, e as ocorrências de transtornos, a promoção de atividades lúdico-pedagógicas em intersecção entre arte e saúde mental, suscita e ampara ações teórico-práticas de exercício de cidadania plena. A execução do Projeto “Cuidado!” enfrentou o desafio quanto à compreensão do escopo do projeto por parte da comunidade escolar (especialmente às famílias) sendo manifestado pela hesitação frente aos temas suscitados pelos alunos que emergiram no decorrer das oficinas. Esse cenário exigiu um processo contínuo de sensibilização, reuniões presenciais, reorganização do planejamento e a contínua busca pelo fortalecimento dos vínculos até que o projeto fosse apropriado na rotina escolar.

Outro desafio sensível esteve relacionado à articulação intersetorial. Apesar das ações/oficinas valorizarem iniciativas integrando educação, saúde e assistência social, na prática, a comunicação entre as redes sociais de apoio do município mostrou-se fragmentada. A articulação com a assistência social ocorria de forma pontual, dificultando a construção de uma rede de proteção consistente para os estudantes com maior vulnerabilidade psicossocial. Assim, embora as ações desenvolvidas tenham alcançado resultados esperados, a experiência demonstrou que o fortalecimento da intersetorialidade é condição decisiva para a sustentabilidade de políticas de cuidado nas comunidades escolares.

No âmbito do projeto de extensão realizado compreende-se, que a cidadania se efetiva na promoção do humano, das capacidades e potencialidades que tornam os sujeitos mais críticos, criativos e desenvolvidos integralmente. Por fim, o resumo enfatiza a importância de fazer recomendações para melhorar a prestação de serviços e expandir o papel da psicologia no sistema escolar. Isso é crucial para garantir que os serviços de saúde mental sejam efetivamente integrados à estrutura educacional, beneficiando os alunos e suas famílias.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf . Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.819, DE 16 de janeiro de 2024**. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14819.html. Acesso em: 8 de mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Álvaro; AMANN, Gregória Paixão Von; ALMEIDA, Conceição Tavares de. **Saúde mental em saúde escolar: manual para a promoção de competências socioemocionais em meio escolar** . 1.ed. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2019.

CASTRO, Yandra Katiuscia Moreira de; LELIS, Henrique Rodrigues. Políticas Públicas de capacitação e apoio psicológico destinado a professores do ensino fundamental e seus reflexos na experiência escolar de alunos neurodivergentes. **Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.]**, v. 14, n. 1, p. e1490, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1490>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CHAMAT, Leila. Sara. José. **Técnicas de Diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2004.

DINIZ NETO, Alberto Joaquim Gouveia. **As emoções percebidas através das paisagens sonoras: a compreensão do Estresse Laboral em professoras da Educação Básica de São**

Luís-MA. 2024. 105 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5790>. Acesso em: 08 mar. 2025.

FAGUNDES, Patrícia; GURSKI, Rose. Aviso de incêndio: o mal-estar no laço educativo e a dimensão sociopolítica do sofrimento escolar. **Revista Estilos da Clínica**, v. 29, n. 3, p. 343-358, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/227418/210519>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FINELLI, Leonardo Augusto Couto. Depressão infantil: sinais e sintomas para observação em sala de aula. Considerações sobre o fazer docente. In: FINELLI, Leonardo Augusto Couto (Orgs). **A práxis do psicólogo na escola**. São Paulo: Editora Científica, 2024. p. 9-21. E-book. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/240215714>. p. 9-21. Acesso em: 5 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Raio-x das forças de segurança pública do Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/2024_raio-x_forcas_seguranca_publica_brasil.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025

KLABUNDE, Noara Teófilo; ASINELLI-LUZ, Araci. Equipes multiprofissionais na educação: contribuições para a construção do conhecimento sobre a atuação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, v. 13, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.35819/tear.v13.n2.a7435>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Giovana de Barros; MONTEIRO, Paula Danielle Souza. Educação em Saúde Mental: relato de experiência de estágio em Psicologia Escolar. In: MARTINS, Ezequiel (Org.) **Psicologia e bem-estar: caminhos para a saúde mental**, Ponta Grossa: Editora Atena, 2024. p. 30-42. E-book.. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/psicologia-e-bem-estar-caminhos-para-a-saude-mental>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIMA, Maria Eduarda; GOMES, Nadya da Silva; DIÓGENES, João Victor Benevides; CANUTO, Ivna Maria Magalhães; SILVA, Camila Tavares Alves da; MOREIRA FILHO, João Elias. Políticas públicas de saúde mental no meio educacional. **Revista Encontros Científicos**, Icó-Ceará, v. 6, n. 2, p. 195-196, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/385>. Acesso em: 08 mar. 2025.

LOPES, Lusimar Araujo dos Santos; NOVAIS, Lucimar de Freitas. Estado de conhecimento sobre saúde mental dos professores na educação básica. **Revista Alembra**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 24-47, 2023. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/570>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MANSUR, Thiago Sandrini. Saúde mental de servidores administrativos e professores de uma instituição de educação profissional e tecnológica. **Revista Research, Society and Development**, v. 13, n. 8, p. 1-14, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i8.46636>. Acesso em: 5 mar. 2025.

O'REILLY, Michelle; SVIRYDZENKA, Nadzeya; ADAMS, Sarah; DOGRA, Nisha. Review of mental health promotion interventions in schools. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, 53, p. 647-662. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00127-018-1530-1>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PLACIDO, Michael da Silva. **O processo de implementação da Lei 13.935/2019: uma análise sobre a ampliação do acesso à Psicologia no sistema público de educação e a inserção do tema nas escolas.** 2024. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Picada Café, 2024.

ROCHA, Himardes Freire; FINELLI, Leonardo Augusto Couto. A importância da relação entre a escola, família e a psicologia na vida dos alunos. *In*: FINELLI, Leonardo Augusto Couto (Org.). **A práxis do psicólogo na escola.** São Paulo: Editora Científica, 2024. pp. 46-64 Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/a-importancia-da-relacao-entre-a-escola-familia-e-a-psicologia-na-vida-dos-alunos>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Danton. Matheus de; TREICHEL, Carlos Alberto dos Santos.; RIBEIRO, Lucca Garcia Moreira.; FERRER, Ana Paula Scoleza.; ROSSATO; Lisabelle Mariano. Prevalência de fatores de risco entre adolescentes que tentaram suicídio: estudo transversal. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 58, p. 1-10, nov., 2024a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/cTWMvmcptbqdbV5NmbGf8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOUZA, Maria Helena de Brito; GONTIJO, Daniela Tavares; SOUSA, Luana Barbosa Tavares de; SILVA, Anderson Gomes Alves da; LIMA, Thais Adylla Mota de; RIBEIRO, Nadgila Brito; NASCIMENTO, Lais Fátima Mendes do. “A gente precisa acreditar no ser mais deles”: reflexões sobre ações da Terapia Ocupacional na promoção de saúde mental com adolescentes sob a luz de Paulo Freire. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 5, p. 1-27, 2024b. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45855/36523> . Acesso em: 6 mar. 2025.

SOUZA, Michele Bulhosa de; BORGES, Luana Ribeiro; MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha. Roda de conversa com familiares acerca da saúde mental infantil no contexto escolar. **Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda**, Curitiba, v. 21, n. 13, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/11509/6388>. Acesso em: 5 mar. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS. **Divulgação do resultado final.** Edital n.º 01/2024/SETI/UEF. Disponível em: https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-10/resultado_edital_2024_usf_final_ass_30out.pdf . Acesso em: 4 dez. 2025.

UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS. **Programa Universidade Sem Fronteiras.** Edital n.º 01/2024/SETI/UEF. Disponível em: https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-05/edital_012024_usf_vs_27maio_final.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte.** Martins Fontes: São Paulo, 2001.

ZAVIALOFF, Nicolas. **Introduction.** *In*: VYGOTSKI, Lev Semionovitch. *Théorie des émotions: étude historique-psychologique* (pp. 5-83). Paris: L'Harmattan. 1998.

Contribuições dos Autores (CRediT)

Raquel Franco Ferronato: Preparação, criação e/ou apresentação da obra publicada, especificamente a redação da versão inicial (incluindo a tradução substancial);

Sandra Garcia Neves: Ideias; formulação ou evolução de objetivos e metas gerais de pesquisa; Obtenção do apoio financeiro para o projeto que levou a esta publicação.

Juliana Silva Rodrigues dos Santos: Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles que fazem parte do grupo de pesquisa original, especificamente revisão crítica, comentários ou revisões – incluindo as etapas pré e pós-publicação.

Conflitos de Interesses:

Os autores declaram não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

Como citar este artigo (ABNT):

FERRONATO, Raquel Franco; NEVES, Sandra Garcia; SANTOS, Juliana Silva Rodrigues dos. A arte como linguagem de saúde mental nas comunidades escolares. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 15, e152502, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2025.15.10803>.

Editor Responsável:

Deivid Alex dos Santos